

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EMANCIPAÇÃO: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS EM TORNO DA METODOLOGIA E DO CONTEÚDO NA ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL DA CONTAG

Vânia Marques Pinto*

Resumo: O presente artigo traz elementos parciais de uma pesquisa realizada para construção de trabalho monográfico intitulado por “Um jeito novo de fazer: A escola de formação sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura na Chapada Diamantina” apresentado no curso de Especialização em educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro, curso oferecido pela UFRB¹. Tem por objetivo apresentar o caráter educativo do Movimento sindical de trabalhadores rurais, suas possibilidades pedagógicas e emancipatórias presentes nos cursos de formação. Nesse texto, teceremos algumas considerações sobre a proposta metodológica do curso de formação, seus conteúdos e sua implicação para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, este segue dividido em cinco partes: 1) Introdução; 2) A concepção, referencial pedagógico e metodológico da Enfoc; 3) Os conteúdos e os métodos; 4) Conteúdo e Método: implicações para alcançar a emancipação; 5) Algumas considerações.

Palavras Chave: Metodologia e Conteúdo. Educação do Campo. Emancipação.

1. Introdução

“Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas.”
Paulo Freire

É na possibilidade da construção de um lugar de transformação política que a Enfoc² tem se materializado e multiplicado nos diversos espaços e territórios, a nível nacional, regional, estadual, municipal, territorial e local. Iniciamos nosso trabalho com essa citação de Freire (1971), porque se trata de uma proposta educativa nascida na

* Licenciada em Pedagogia da Terra – UNEB/Campus XVII. Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro – UFRB/CFP. Mestranda em Educação do Campo – UFRB/CFP. Educadora Popular na Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG-BA.

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Escola Nacional de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, inaugurada em agosto de 2006 com a primeira turma nacional.

classe popular e elaborada por ela. Neste artigo nos limitaremos a apresentar sua base metodológica e seus conteúdos, e assim considerar algumas possibilidades emancipatórias dessa proposta.

A proposta pedagógica e metodológica é fundamentada pela Política Nacional de Formação – PNF e pelo Projeto Político Pedagógico – PPP. Dentro da PNF está a fundamentação política que é sustentada pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS e a fundamentação pedagógica e metodológica fundamentada pelo PPP.

A atuação da PNF se desenvolve em linhas de ação formativa que busca refletir sobre o contexto e a realidade, contestando o projeto hegemônico e apresentando os princípios, missões e práticas contidas no PADRSS. A abordagem da PNF que vai desde a organização enquanto meio até a estrutura sindical e sua auto-sustentação e comunicação, aprofunda temáticas variantes que envolvem: conceitos de classe, político sindical, organização da produção, direitos humanos sociais e ambientais, gestão sindical, identidades, concepção e gestão de políticas públicas, o mundo sindical e seu contexto. Com isso se pretende formar sujeitos políticos e coletivos, sejam elas militantes, lideranças, dirigentes ou educadores/as, para fortalecer a ação sindical, as mobilizações, proposições, formulações, reivindicações e a organização dos trabalhadores/as, podendo ser desenvolvidas tanto através da formação na ação quanto na formação programada (PNF).

2. A concepção, referencial pedagógico e metodológico da Enfoc.

O debate em torno da educação do campo teve início com as lutas dos movimentos sociais por terra, uma necessidade natural daqueles que vivem no campo e não são atendidos com políticas públicas adequadas. A construção do conceito de educação do campo que aqui utilizamos é demarcado pelo campo do camponês e, portanto tem como base as experiências educativas dos diversos movimentos sociais e sindicais do campo.

A prática educativa aqui denominada por Enfoc tem suas matrizes fundadas nos princípios da educação popular que é um dos pilares da educação do campo, e o campo e seus trabalhadores enquanto elementos principais do ato educativo. Assim a formação sindical que é o objeto da Enfoc tem uma concepção pedagógica e política que não

descola do mundo do trabalho e do campo enquanto espaço de trabalho, mas, sobretudo como espaço de vida.

A concepção política da Enfoc almeja uma formação permanente e continuada, onde seu eixo estruturante evidencia a contraposição ao projeto hegemônico de sociedade, esta deve ser,

[...] uma formação para a ação transformadora de realidades requer ultrapassar os espaços de reflexão teórica e identificar e estimular a construção de alternativas aos problemas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e contribuir para que as pessoas tenham capacidade de transformar sua prática política, para qualificar e fazer avançar a organização e a luta no movimento sindical (PNF, p.31).

Quanto ao referencial pedagógico e metodológico sistematizadas no PPP explicita um conjunto de práticas, princípios e valores, que está fundamentado principalmente na educação popular e seus referencias, e tem como pressuposição o processo de emancipação do ser humano que se desenvolve através de metodologia de construção coletiva do conhecimento.

Seus princípios político-pedagógicos e metodológicos são: a compreensão do ser em sua totalidade, a permanente abertura aos vários saberes, a reconstrução da mística de mudança social, permanente articulação entre prática e teoria, interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos, formação pluralista, classista, crítica e criativa, formação numa perspectiva de ação transformadora, postura avaliativa e critica permanente da ação prática formativa, a pesquisa como princípio educativo, a construção coletiva do conhecimento, a vivência de relações horizontais entre educador e educadora, educandos e educandas, fortalecimento das identidades: respeito às diferenças de raça, etnia, gênero e religião, e a memória enquanto potencial crítico transformador na formação.

Assim o PPP sinaliza que a ação educativa exige uma ação formativa ideológica que seja capaz de desconstruir a concepção uniformizadora produzida pela educação neoliberal, baseada no mercado, tendo por finalidade o combate ao poder dos sindicatos, pois estes possuem papel organizativo e mobilizador dos trabalhadores frente a sua politização. Concebe a redução do papel do Estado na economia através da implantação do Estado mínimo. Transferindo a responsabilidade do Estado com as políticas públicas para o mercado, através das empresas e da privatização dos serviços.

A convicção de que existem possibilidades de mudança é imprescindível em um processo educativo. “É o saber da História como possibilidade e não como

determinação. O mundo não é. O mundo está sendo”. Estar no mundo deve ser mais que conhecê-lo, constatar, mas de conhecer para melhor intervir, propor, mudar. A ação pedagógica deve ser programada na perspectiva de que “mudar é difícil, mas é possível”. Essa premissa deve ser sustentada na compreensão que “faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade de sua situação”. (FREIRE, 1996, p. 80)

Deve haver compromisso político com a libertação dos setores populares e com o resgate de seu papel como agentes sociais e históricos.

Esta visão política era fortemente trabalhada nos processos educativos desenvolvido por Paulo Freire bem como é pelos movimentos populares de educação que tem como referência a sua Pedagogia, aprender a ler tem antes de tudo um papel político, libertador. A principal leitura que é proposta pela Enfoc é a leitura de mundo, reflexão do contexto em que os camponeses estão inseridos, através de seus conteúdos propostos.

Os eixos temáticos seguem a lógica da compreensão da sociedade em seus aspectos econômicos, sociais, ambientais, do ser humano enquanto parte integrante dessa sociedade, como sujeito histórico e dinâmico, ou seja, que intervém na sociedade provocando mudanças, e de uma proposta política transformadora, necessária para a sustentabilidade do mundo. Os temas se desdobram nos conteúdos que devem dar conta de provocar a problematização efetivando rupturas ou reafirmando conceitos pré-estabelecidos.

A Enfoc está organizada em um itinerário formativo, que possui eixos e unidades temáticas: Eixo temático – Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário composto pelas unidades; Estado, sociedade e ideologias e projetos de sociedade em disputa; História, concepções e prática sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, e tem como eixo pedagógico: Memória e Identidade, e Pedagogia para uma nova sociabilidade e Ação sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. O itinerário é formado pelo curso Nacional, Regional e Estadual. Os cursos acontecem em módulos, e é distribuído em tempo escola e tempo comunidade com atividades inter-módulo. Os educandos têm por atividade final a criação de Grupos de Estudos Sindicais – GES, nos sindicatos e /ou nas comunidades rurais, com a participação dos trabalhadores /as rurais da base para refletir sobre a ação sindical e as políticas de interesse da categoria. Outras ações que acontece paralelo a esse itinerário são denominadas de multiplicação criativa, como exemplo, os cursos

municipais no Estado do Pará, cursos regionais no Rio Grande do Sul, Pernambuco e na Bahia o primeiro curso regional que foi organizado de modo alternativo a estrutura da Federação, foi resultado da organização do Pólo Sindical da Chapada Diamantina.

Transversalmente acontecem os conteúdos implícitos que perpassam por todos os módulos, e podem ser identificados nas metodologias e na forma organizativa do curso, dando ênfase a compreensão da proposta formativa da Contag, da sua necessidade e seus avanços. A memória e a identidade também têm destaque na proposta formativa, é notório em várias metodologias e conteúdos trabalhados, dessa forma alcança os princípios da memória enquanto um potencial crítico-transformador na formação, e o fortalecimento das identidades: respeito às diferenças de raça, etnia, geração, gênero e religião. Um elemento forte é a possibilidade de desenvolver ou aprimorar a capacidade organizativa dos educandos.

O caráter organizativo que não está presente nos princípios apresentados no PPP, esta presente em todo o curso, tanto como conteúdo, quanto metodologicamente e na organização do mesmo, as equipes de trabalho são um exemplo, no primeiro dia ao iniciar o curso são construídas as equipes subdividindo a turma geralmente em equipes de: avaliação, sistematização, mística, animação e ambiente. São também construídos os acordos, horários e responsabilidades. São perceptíveis como as equipes funcionam diferentes de acordo com cada turma.

Diferente da transmissão da ideologia dominante e práticas relacionadas à autoridade e subordinação nos educandos o que aparece transversalizado é a autonomia e a auto organização coletiva do grupo. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros.” (Freire, 1996, p. 59), sendo uma proposta de educação popular não poderia seguir caminhos diferentes, causando desrespeito ao que Freire aponta como um saber necessário para a prática educativa.

3. Os conteúdos e os métodos.

No primeiro módulo os estudos giram entorno da compreensão da Sociedade, do Estado e da Ideologia, buscando conceituar os modos de produção e suas principais características com ênfase para o modo de produção capitalista, apresentando a constituição do Estado frente ao atual modelo de sociedade, com suas esferas de poder,

e como as relações de trabalho se estabelecem frente a essas questões, bem como o papel desempenhado pela hegemonia e pela ideologia dominante.

A hegemonia não poderia fazer seu trabalho sem o apoio da ideologia. A ideologia permeia toda a vida social, e não se refere simplesmente às ideologias políticas do comunismo, socialismo, anarquismo, racionalismo ou existencialismo. A ideologia refere-se à produção e representação de idéias, valores e crenças e a maneira pela qual eles são expressados e vividos por indivíduos e grupos. Colocada de forma simples, a ideologia refere-se à produção de sentido e significado. Pode ser descrita como um modo de ver o mundo, um complexo de idéias, vários tipos de práticas sociais, rituais, crenças e valores frequentemente produzem, dentro dos indivíduos, conceitos distorcidos do seu lugar na ordem sociocultural e, assim, servem para reconciliá-los com aquele lugar e disfarçar relações desiguais de poder e privilégio, o que é, às vezes, denominado de “hegemonia ideológica” (MCLAREN, 1977, p 209).

Contudo é através da hegemonia que a classe dominante se mantém no poder, com suas estruturas sociais, produzindo práticas que os dominados, os oprimidos consentem poderes através de uma ideologia, fazem crer que as necessidades das classes dominantes são necessidades coletivas, de todos. A ideologia por outro lado tem pontos positivos, pois oferecem conceitos, categorias, imagens e idéias por meio dos quais as pessoas dão sentido ao seu mundo social, no entanto, quando a ideologia está atrelada a teoria de dominação assume todo o seu lado perverso, provocando a dissimulação, legitimação, fragmentação e a reificação³. Cabe as classes populares construir suas ideologias e travar uma luta contra hegemônica, imprimindo na história seus valores e princípios (MCLAREN, 1977).

A compreensão destas categorias são pontos importantes para a formação político sindical, primeiro para refletir e analisar sobre o contexto histórico, entender que as mudanças ocorrem e que o que está estabelecido hoje pode mudar amanhã; segundo para problematizar sua ação no mundo enquanto sujeito individual e coletivo; e terceiro para dar suporte aos outros eixos temático, situar-se historicamente, analisar a favor de quem esta sustentada às práticas e ações sindicais, quais concepções permeiam nestes espaços e organizações, e diante de um projeto político sindical analisar suas nuances de forma crítica e criativa.

Dos conteúdos trabalhados os que geraram maior conflitualidade são a história, concepção e prática sindical, trabalhadas no segundo módulo. Isto se deve principalmente pela diversidade ideológica presente no sindicalismo rural, opções

³ Ver A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação, Peter McLaren.

políticas e partidárias, por centrais sindicais, e pela atuação sindical que vai desde sua gestão até a sua organização (assistencialismo, presidencialismo, estruturas de poder).

Os impactos gerados com esta temática são os mais variáveis possíveis, desde certo tensionamento nas relações verticalizadas, até a conscientização de sujeitos frente ao seu papel e a sua atuação. Mediante observações os discursos dos educandos apontam para um descontentamento em alguns aspectos do MSTTR, alguns alegam um distanciamento entre Confederação, Federação e Sindicatos, outros a ausência da Federação nas ações desencadeadas pelos sindicatos, e assim o debate é enriquecido com problemáticas presente no dia-a-dia do sindicalismo, formulando-se proposições que em alguns casos saem do papel e dos discursos e são postos em prática.

O terceiro módulo não é o mais complexo, no entanto ele exige que os temas abordados anteriormente estejam bem esclarecidos, pois o propósito deste módulo não é apenas apresentação de modelos de desenvolvimento no campo, de construção de projetos para o campo, da disputa territorial ou do papel da educação do campo frente a estas problemáticas, mas também de uma profunda reflexão de como estes conceitos estão sendo percebidos e dialogados pelos sindicatos e seus militantes, e de um estímulo para que os educandos concebam os princípios do PADRSS e os integram em suas ações.

O jeito de fazer implica nos princípios assumidos pelo PPP, PNF, e pela abordagem pedagógica que é fundamentada na educação popular em suas bases Freireana, Gramsciana, e da Teologia da Libertação, não cabendo posturas discriminatórias, intolerantes, de autoritarismo e da ausência diálogo. Baseadas nos princípios do PPP, o curso procura se desenvolver através de metodologias que possibilite a participação coletiva, a integração com os conteúdos, e integração entre educandos/as e de educadores/as.

Dizer isso não significa afirmar que o curso é realizado mediante dinâmicas incessantes, caracterizadas apenas pelo ato de dinamizar, interagir sem manter vínculo com as intenções pedagógicas, políticas e conteudista necessárias para ato educativo.

Antes de tudo a metodologia é entendida como recurso pedagógico necessário para o desenvolvimento do ato educativo, do ato de ensinar, do ato de mediar e problematizar, que varia conforme os objetivos pretendidos a serem alcançados. Não se trata, pois de um receituário pronto, ou um manual com instruções minuciosas, contudo existe uma preocupação metodológica, tanto que um dos objetos das equipes de sistematização foi às metodologias utilizadas na Enfoc.

Isso porque na Enfoc foi estabelecida a prática da sistematização, ela ocorre durante e depois da realização dos cursos, forma-se uma rede de educadores com os egressos dos cursos nacionais e regionais e a estes é destinada a responsabilidade de sistematizar as vivências dos cursos, pois o processo formativo foi desenvolvido na concepção de intelectuais orgânicos⁴. De modo que uma das sistematizações feitas foi o Almanaque, instrumento que reuni as metodologias que já foram utilizadas nos processos formativos, de modo descritivo e objetivo, mas não no sentido de receituário, mas de permitir um olhar sobre aquilo que tem sido desenvolvido dentro da formação sindical, mais especificamente dentro da escola de formação. Essas produções construídas por parte da rede de educadores⁵ se constituem em material didático, e instrumento que além de evidenciar a formação sindical pode promover reflexões e problematização do ato educativo.

4. Conteúdo e Método: implicações para alcançar a emancipação.

E o educador reacionário é tão mais eficiente quanto mais clareza política ele tem em relação à opção de sua classe. O mesmo vale para o educador revolucionário. Por isso, os caminhos de ambos não podem ser os mesmos: um caminha com o objeto na mão, o objeto de conhecimento tanto quanto possível possuído por ele e por sua classe; o outro não se considera possuidor do objeto de conhecimento, mas conhecedor de um objeto a ser desvelado e também assumido pelo educando. Esta é uma distinção fundamental. Além disso, o educador reacionário controla o educando pelo poder sobre o método de que ele se apropria; o educador revolucionário tem no método um caminho de libertação, e é por isso que, na medida do possível, ele discute com o educando a apreensão do próprio método de conhecer (FREIRE, 1995, p. 52).

Tanto conteúdo quanto o método interferem na ação pedagógica, dito de outra forma, conteúdo e método se interligam para garantir a ação pedagógica, se estes conteúdos e métodos forem de caráter reacionário, tem-se a conservação do *status quo*, uma educação para alienação, que não rompe com o capital, pois é mantenedora de princípios pautados no individualismo, da competição, hierarquização do conhecimento

⁴ Conceito discutido em Gramsci

⁵ Cada estado escolhe um titular e um suplente ao final da realização do curso regional, para compor a equipe de sistematização, é escolhido um objeto referente ao processo formativo a ser sistematizado. Até o momento já foi sistematizado as turmas regionais, as turmas estaduais, as metodologias com a construção do almanaque e agora a 3ª turma regional estão sistematizando os Grupos de Estudos Sindicais. Ver fotos em apêndice.

e das estruturas do poder, pois não provoca questionamentos ou problematização. Mas se o oposto, se conteúdos e métodos se desenvolverem no propósito revolucionário, se caminha no sentido da libertação e da emancipação.

Tendo por fundamental princípio originário a criação de uma nova epistemologia que se baseia no profundo respeito pelo senso comum advindo dos setores das classes populares em suas experiências cotidianas, tratando de descobrir a teoria não conhecida pelo povo, incorporando-o um caráter científico, a educação popular tem se constituído em um paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, que busca colaborar com os movimentos sociais e partidos políticos. A educação popular se traduz em diversas possibilidades, estando suas instituições originárias presentes nas obras de Freire e em muitas práticas educativas, que dão ênfase nas condições gnosiológicas da prática educativa, na educação como produção e não como transmissão do conhecimento, na luta pela educação emancipadora que suspeita da arbitrariedade cultural que se esconde num momento de dominação, se traduz também na defesa de uma educação para a liberdade, e pela noção de uma ciência aberta às necessidades populares e um planejamento comunitário participativo. (GADOTTI, s/d)

É verdade, a educação popular hoje se constitui num mosaico de teorias e de práticas. Mas elas têm em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, portanto, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza dos fatos. Todas refletem uma recusa à educação do colonizador. Não uma recusa utópica e amorosa, uma recusa que aceita duvidar das próprias condições de produção científica e das certezas alcançadas, para evitar a mistificação da razão prática. [...] (GADOTTI, s/d, p.113).

É nesse mosaico de teorias, e não somente a teoria Freireana, mas sobre tudo teorias que dialogam entre si, que tem se constituído a educação popular no MSTTR, desenvolve suas bases numa perspectiva transformadora e libertadora. Neste caminho todos apreendem e todos ensinam, e o objetivo maior é a consciência crítica do mundo das relações sociais, econômicas e culturais, da relação de dominantes e dominados. Nem sempre nos discursos e debates aparecem estes termos, mas sempre estão implícitos em essência. Nesse sentido, é preciso entender que,

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser homem.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrario, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz a prática (FREIRE, 2005, p.58).

Por tanto os processos educativos deve se comprometer com a libertação, fundamentada na compreensão dos homens que possuem vivencias, e por isso são dotados de saberes, não se tratando de seres vazios a quem o mundo os “encha” de conteúdos, não podem estes se tornarem depósitos de conteúdo, são seres dotados de consciência, devendo agir assim a educação de forma problematizadora em suas relações com o mundo, e ao contrario da educação “bancaria” a problematizadora, responde à essência desse ser de consciência (FREIRE, 2005).

O conhecimento é construído a partir da idéia de não existir alguém que sabe tudo, o educador que transfere ou repassa ao educando que nada sabe, como se este fosse uma tábua rasa, o aprender e o ensinar são indissociáveis, aprendemos na medida em que ensinamos e ensinamos na medida em que aprendemos, os níveis diferentes de saberes são respeitados e devem ser potencializados.

A compreensão do conceito de emancipação é importante, pois como é sabida, uma palavra pode possibilitar vários desdobramentos, diferentes abordagens filosóficas e por tanto diferentes entendimentos que pode interferir na compreensão das análises apresentadas.

Marx afirma que o horizonte máximo da humanidade, aquele que expressa e possibilita a efetiva liberdade é a emancipação humana. A emancipação política é um patamar da liberdade que expressa uma forma de sociabilidade. Ao contrário de outros autores, Marx afirma que a emancipação política e a cidadania são fundamentais para a emancipação do sujeito.

No entanto, não pode ser responsabilidade da educação a libertação das pessoas, o enfrentamento às desigualdades sociais, injustiças e opressão, pois estes problemas são decorrentes de fatores estruturais de uma sociedade que é fundamentada na valorização do “ter” em detrimento do “ser”, tendo maior valor social o objeto do que o homem, incitando a degradação do ser humano e barbárie. A educação pode contribuir no desvelamento da construção de uma nova consciência, e que não se dá por meio da educação de forma isolada, mas por sua vinculação ao mundo do trabalho e da luta dos trabalhadores.

Pois é através da consciência de si no mundo, das suas condições materiais e imateriais, da sua condição de oprimido como Freire aponta é que pode refletir e buscar mecanismos para libertação, mas para isso a educação proposta deve ser crítica, não podendo estar a serviço do capital.

Tonet (2005, p. 05) afirma que a educação não pode estar voltada para formar cidadãos críticos, a menos que isso seja uma mediação para a luta contra o capital, o que deve ser o último objetivo, que no desenrolar histórico, a educação sempre serviu aos interesses do capital, da classe dominante, na maioria das vezes falseando e reproduzindo a sociabilidade atual. Ou seja, a educação está configurada de tal modo que impede a ruptura desta ordem social e adquire um “caráter predominantemente conservador”. O mesmo autor dá pistas sobre as contradições do sistema capitalista, pois possibilita que a educação se desenvolva de outras formas, permitindo assim que seja a educação um espaço de construção de conhecimento onde se travam as lutas contra o capital.

É claro que estes novos espaços são construídos de formas alternativas, construídas através das experiências da classe trabalhadora articuladas em escolas próprias ou dentro de formações políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais populares, novas formas de produção de conviver e de educar, bem com novos conceitos nos quais os conteúdos projetam a emancipação social em sentido mais amplo do que a proposta pelos princípios através do contemplativo de liberdade e de igualdade.

A Enfoc é um espaço construído pelo MSTTR com o propósito de fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, estratégia formativa que tem como objetivo a capilaridade e através de sua multiplicação alcance a base, com a construção dos GES e contribuindo com a implementação do PADRSS. Se auto-denomina como lugar de transformação política ao tempo que reafirma seu caráter emancipatório. Na visão dos participantes a Enfoc possibilita mudanças tanto na vida pessoal como profissional, mudando conceitos principalmente sobre o mundo do trabalho e o sindicalismo no campo.

Apoiado nos escritos de Marx e Engels, cujos partem da liberdade como possuidora de um elemento positivo, a consciência, o outro negativo, a necessidade que condiciona a liberdade às condições materiais de existência, podendo a liberdade ser autodeterminação ou eliminação dos obstáculos à emancipação. Tendo a emancipação humana como uma pressuposição da existência de uma associação ou uma comunidade

sob controle coletivo, possibilitando desenvolver-se a liberdade individual e coletiva. (RIBEIRO, 2010)

Referente à indagação sobre o sujeito histórico que constrói o processo de emancipação, segundo Marx e Engels, esse sujeito já não tem propriedade, nem individualidade, nem leis, nem moral, nem família – a grandeza de seu despojamento é que promove a sua universalidade. Para isso, é destruído o seu modo de existência particular – assentado sobre a propriedade privada – para desenvolver ao humano a sua plenitude, reconciliando esse humano com a humanidade dele separada pela sua transformação em mercadoria. Trata-se do proletariado e sua construção como sujeito histórico pressupõe a abolição do modo de produção que institui o capital como sujeito e o humano como objeto, reintegrando sujeito/objeto, terra e vida, trabalhador e produto do seu trabalho (RIBEIRO, 2010, p. 289).

Com isso pode-se afirmar que sem romper com os moldes de produção capitalista não haverá liberdade nem emancipação humana, pois enquanto o homem for o objeto e o capital o sujeito, em que essa inversão provoca todas as demais contradições expressas no capitalismo, retirando do verdadeiro sujeito toda a sua liberdade.

No entanto não se podem negar as possibilidades educativas que encaminhem para o desenvolvimento da consciência coletiva de classe. Esta por tanto deve ter como conceito uma educação para além do capital como Mézáros alerta, pois este conceito é inerentemente concreto, “tem em vista a realização de uma ordem social metabólica que *sustente concretamente a si própria*, sem nenhuma autojustificativa para os males do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 62 grifo do autor).

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “*efetiva transcendência da autoalienação do trabalho*” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional. (Mészáros, 2008, p. 65).

É essa a educação que se pretende na Enfoc, sustentáculo para a mudança da mística social, assim suas metodologias e conteúdos precisam estar em consonância com PPP e a PNF, não podendo estar em momento nenhum desarticulado de sua proposta originária.

As condições necessárias para se alcançar a emancipação e os instrumentos que avalizam a compreensão do movimento e do PDRSS são garantidas, mas estes não são

os fatores determinantes, fatores externos ao curso também influenciam de modo que as aprendizagens obtidas no curso vão se refazendo constantemente, mas a iniciação de conceitos de práticas revolucionárias é plantada como uma semente que o camponês deposita na terra.

5. Algumas considerações

Sendo esta uma proposta educativa nascida do coletivo de trabalhadores e trabalhadoras rurais seria fácil afirmar que se trata de uma proposta eminentemente emancipatória, no entanto, estão estes trabalhadores e trabalhadoras imbricados em uma organização social, cujo seu interior carrega uma série de contradições assim como nossa atual sociedade. Por tanto podemos dizer que a intenção da proposta educativa carrega a intencionalidade de questionar a atual sociedade e promover a emancipação dos sujeitos. Podemos ainda afirmar que seus conteúdos e métodos propostos condizem em essência com tal intencionalidade, porém não depende apenas dos conteúdos e das metodologias utilizadas, depende também da sociedade e como tais sujeitos se inter-relacionam com esta sociedade.

É perceptível ainda, que existe uma harmonia entre os documentos oficiais que constroem a proposta educativa, bem como esta dialoga com os princípios e concepção de educação do campo que neste artigo não foi objeto central de esclarecimento, mas segue como plano de fundo de todo trabalho que se propõe a relatar, analisar ou exemplificar uma proposta pedagógica da educação do campo.

6. Referencias

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a Educação Popular**. Revista Trimestral da Fase. *s/d* Disponível em: <www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf> Acesso em: 20 Out. 2012

MACLAREN, Peter. **A Vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação.** Trad. Lucia Pellanda Zimmer [et AL.] Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo; Boitempo, 2008.

PNF – **Política Nacional de Formação.** Cartilha elaborada pela CONTAG.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.